



# **SOLSIL - Associação de Solidariedade Social do Silveiro**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2024**



## Balanco em 31.12.2024

RUBRICAS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (1) DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 352 530,45	1 411 802,31
Ativos intangíveis	6	97,67	568,80
Investimentos financeiros	17.14	8 267,78	8 267,78
<b>SOMA</b>		<b>1 360 895,90</b>	<b>1 420 638,89</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	3 946,72	4 524,48
Créditos a receber	17.1	8 764,79	11 117,49
Estados e outros entes públicos	17.6	1 779,30	3 981,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/mem	17.13	55 700,17	44 970,50
Diferimentos	17.3	7 585,14	6 785,36
Outros ativos correntes	17.2	61 863,52	56 658,62
Caixa e depósitos bancários	17.4	36 205,62	77 757,47
<b>SOMA</b>		<b>175 845,26</b>	<b>205 795,22</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1 536 741,16</b>	<b>1 626 434,11</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	17.5	48 337,86	48 337,86
Resultados transitados	17.5	375 769,07	474 470,81
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	17.5	847 666,10	869 846,87
<b>SOMA</b>		<b>1 271 773,03</b>	<b>1 392 655,54</b>
Resultado líquido do período		-126 246,13	-95 916,47
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>1 145 526,90</b>	<b>1 296 739,07</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	8	30 000,06	50 000,10
<b>SOMA</b>		<b>30 000,06</b>	<b>50 000,10</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17.16	99 880,78	33 263,57
Estado e outros entes públicos	17.6	26 615,22	24 375,74
Financiamentos obtidos	7, 8	20 000,04	20 198,67
Diferimentos	17.3	5 447,73	1 397,55
Outras passivos correntes	17.7	209 270,43	200 459,41
<b>SOMA</b>		<b>361 214,20</b>	<b>279 694,94</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>391 214,26</b>	<b>329 695,04</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 536 741,16</b>	<b>1 626 434,11</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado

Tiago Teixeira

[Assinatura]

A Direção

[Assinatura]  
ASSOCIAÇÃO DE SILVEIROS DO SILVEIRO  
A DIREÇÃO

Rita Gonçalves



## Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31.12.2024

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	405 579,67	424 767,11
Subsídios, doações e legados à exploração	10, 12, 17.8	1 078 588,22	992 231,44
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	- 151 147,59	- 155 106,10
Fornecimentos e serviços externos	17.9	- 232 169,48	- 210 916,25
Gastos com o pessoal	15	- 1 213 906,22	- 1 136 653,61
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.15	-	206,00
Outros rendimentos	17.10	52 572,25	52 448,50
Outros gastos	17.11	- 3 041,73	- 2 936,92
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>- 63 524,88</b>	<b>- 36 371,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	- 59 742,99	- 56 686,17
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>- 123 267,87</b>	<b>- 93 058,00</b>
Juros e gastos similares suportados	17.12	- 2 978,26	- 2 858,47
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>- 126 246,13</b>	<b>- 95 916,47</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>- 126 246,13</b>	<b>- 95 916,47</b>

(1) - O euro admi-tindo-se em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado

Tiago Teixeira

*[Handwritten signature]*

A Direção

*[Handwritten signature]*  
Associação de Solidariedade Interempresarial de Lisboa  
A DIREÇÃO

Rita Gonçalves



## Demonstração de Fluxos de Caixa em 31.12.2024

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		411 277,77 €	424 932,52 €
Pagamentos a fornecedores		- 315 629,05 €	- 354 732,31 €
Pagamentos ao pessoal		- 1 236 299,85 €	- 1 104 768,66 €
Caixa gerada pelas operações		- 1 140 651,13 €	- 1 034 568,45 €
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1 132 398,58 €	997 992,69 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		- 8 252,55 €	- 36 575,76 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	-	23 025,14 €	34 329,21 €
Outros activos			90,10 €
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		756,82 €	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			4,52 €
Outros activos			
Subsídios ao investimento		12 500,00 €	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-	9 768,32 €	34 414,79 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	-	20 198,67 €	22 618,97 €
Juros e gastos similares	-	3 332,31 €	2 858,47 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	23 530,98 €	25 477,44 €
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2+ 3)</b>		- 41 551,85 €	- 96 467,99 €
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		77 757,47 €	174 225,46 €
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	17.4	36 205,62 €	77 757,47 €

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado

\_\_\_\_\_

A Direção

Associação de Solidariedade Social de Silveiro

Rita Gonçalves

A1



## Demonstração de Execução dos Resultados Por Natureza em 31.12.2024

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	Realizado	Previsto Orçamento 2024	Taxa de execução	Variação		
				Em valor	Em %	
				(4) = (2) - (1)	(5) = (4) / (1)	
Vendas e serviços prestados	+	405 579,67	410 503,70	98,80%	-4 924,03	-1,20%
Subsídios, doações e legados à exploração	+	1 078 588,22	1 067 983,37	100,99%	10 604,85	0,98%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-151 147,59	-163 607,68	92,38%	12 460,09	-8,24%
Fornecimentos e serviços externos	-	-232 169,48	-206 009,86	112,70%	-26 159,62	11,27%
Gastos com o pessoal	-	-1 213 906,22	-1 102 787,49	110,08%	-111 118,73	9,15%
Outros rendimentos	+	52 572,25	53 393,98	98,46%	821,73	-1,56%
Outros gastos	-	-3 041,73	-1 908,90	159,34%	-1 132,83	37,24%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	<b>-63 524,88</b>	<b>57 567,12</b>	<b>-110,35%</b>	<b>-121 092,00</b>	<b>190,62%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	-59 742,99	-53 446,12	111,78%	-6 296,87	10,54%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	<b>-123 267,87</b>	<b>4 121,00</b>	<b>-2991,21%</b>	<b>-127 388,87</b>	<b>103,34%</b>
Juros e gastos similares suportados	-	-2 978,26	-2 557,16	116,47%	-421,10	16,47%
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	<b>-126 246,13</b>	<b>1 563,84</b>	<b>-8072,84%</b>	<b>-127 809,97</b>	<b>-8172,84%</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+					
<b>Resultado líquido do período</b>	=	<b>-126 246,13</b>	<b>1 563,84</b>	<b>-8072,84%</b>	<b>127 809,97</b>	<b>-101,24%</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado

Teresa Teixeira

Adriana

A Direção  
Rita Gonçalves  
Rita Gonçalves



*Três Turcos*  
*Três Turcos*

## 1. Identificação da Entidade

A SOLSIL - Associação de Solidariedade Social do Silveiro é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 72 de 26/03/1992, Série III, com sede na Rua das Areias, nº 46, 3700 - 066 Oiã. Tem como atividades principais para a prossecução dos seus fins:

- Atividades de Apoios à Comunidade:
  - ✓ Fisioterapia;
  - ✓ Gabinete Médico e de Enfermagem/Análises Clínicas;
  - ✓ Lavandaria;
  - ✓ Serviços de Refeição.
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Acolhimento Temporário;
- Centro de Convívio;
- Centro de Dia;
- Lar;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Serviço de Psicologia;
- Terapia da Fala.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;



- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI); e
- Portaria n.º 8257/2015 de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é a 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

##### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Três Testes  
F. Pereira  
B  
O. Pereira  
M. Pereira



Togo Togo  
H. Kient  
J. J. J.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas



Topo  
Trazido  
Mário

- Outros ativos fixos tangíveis: 8 Anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

- Programas de Computador: 3 Anos
- Outros ativos Intangíveis: 5 anos



contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra em abaixo:

- Edifícios e outras construções: 50 Anos
- Edificações ligeiras: 6 anos
- Equipamento básico: 6 Anos
- Equipamento de transporte: 5 Anos
- Equipamento administrativo: 6 Anos

T. J. T. 5  
H. T. 5  
J. T. 5



O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perdas para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;

10, 10, 10  
H. Pereira  
E.  
C. Silva  
H. Pereira



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'T. J. T. T.' at the top right and a large signature below it.

- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são apresentadas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos a perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra



em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.6. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Tij. Tovar  
H. Aires  
e  
O. Aires  
M. Aires



Tejo Teodoro  
J. Pereira  
M. Pereira

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*



Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.8 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Três Tenets  
B. Almeida  
C. Almeida  
M. Almeida



*Handwritten signatures and initials:*  
#Pereira  
T. T. T.  
M. T.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2024	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2024
<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>						
Bens do domínio público						
Bens do patrimônio HAC						
Outros ativos fixos tangíveis	3 183 908,08	0,00	-12 757,54	0,00	0,00	3 171 150,54
Terrenos e recursos naturais	152 009,93					152 009,93
Edifícios e outras construções	2 002 417,15					2 002 417,15
Equipamento básico	593 366,47		-448,20			592 918,27
Equipamento de transporte	308 470,04		-12 309,34			296 160,70
Equipamento administrativo	74 271,56					74 271,56
Outros ativos fixos tangíveis	10 622,93					10 622,93
Investimentos em Curso	42 750,00					42 750,00
<b>TOTAL</b>	<b>3 183 908,08</b>	<b>0,00</b>	<b>-12 757,54</b>	<b>0,00</b>		<b>3 171 150,54</b>
<b>DEPRECIAÇÕES</b>						
Bens do domínio público						
Bens do patrimônio HAC						
Outros ativos fixos tangíveis	1 772 105,77	59 271,86	-12 757,54	0,00	0,00	1 818 620,09
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	855 160,79	38 719,94				893 880,73
Equipamento básico	577 569,29	8 528,64	-448,20			585 649,73
Equipamento de transporte	269 998,11	10 401,98	-12 309,34			268 090,75
Equipamento administrativo	59 664,13	1 146,77				60 810,90
Outros ativos fixos tangíveis	9 713,45	474,53				10 187,98
<b>TOTAL</b>	<b>1 772 105,77</b>	<b>59 271,86</b>	<b>-12 757,54</b>	<b>0,00</b>		<b>1 818 620,09</b>
<b>VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO</b>	<b>1 411 802,31</b>					<b>1 352 530,45</b>

## 6. Ativos Intangíveis

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Ver nota 3.

b) Os métodos de depreciação usados;

Ver nota 3.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Ver nota 3.

d) A quantia escriturada bruta e a depreciada acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;



Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo de aquisição</b>						
- Bens do domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Ativos Intangíveis	1 413,53 €	- €	- €	- €	- €	1 413,53 €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador	1 413,53 €	- €	- €	- €	- €	1 413,53 €
Propriedade industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>1 413,53 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>1 413,53 €</b>
<b>Amortizações</b>						
- Bens do domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Ativos Intangíveis	844,73 €	471,13 €	- €	- €	- €	1 315,86 €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador	844,73 €	471,13 €	- €	- €	- €	1 315,86 €
Propriedade industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>844,73 €</b>	<b>471,13 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>1 315,86 €</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>568,80 €</b>	<b>- 471,13 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>97,67 €</b>

## 7. Locações

Não aplicável.

## 8. Empréstimos Obtidos

A Entidade detinha os seguintes financiamentos obtidos:

Descrição	Valor em dívida	Não corrente	Corrente
Mútuo - BPI	50 000,10	30 000,06	20 000,04
<b>Total</b>	<b>50 000,10</b>	<b>30 000,06</b>	<b>20 000,04</b>

A Entidade à data de 31/12/2024 tem uma garantia de 45.000,00 € a favor da Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A, referente ao empréstimo bancário existente no BPI.

## 9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Tipo Financeiro  
Bilancete  
e  
Cédula  
Pública



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

*Tygo Tenreiro*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias					
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	4 524,48	150 343,20	-226,63	3 946,72	151 147,59
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e Trabalhos em curso					
<b>TOTAL</b>	<b>4 524,48</b>	<b>150 343,20</b>	<b>-226,63</b>	<b>3 946,72</b>	<b>151 147,59</b>

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2023	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias					
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	3 654,66	155 814,23	-161,69	4 524,48	155 106,10
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e Trabalhos em curso					
<b>TOTAL</b>	<b>3 654,66</b>	<b>155 814,23</b>	<b>-161,69</b>	<b>4 524,48</b>	<b>155 106,10</b>



Ty... 10-2025  
H. ...

## 10. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubrica	2024	2023	Variação Nominal	Variação %
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>405 579,67</b>	<b>424 767,11</b>	<b>-19 187,44</b>	<b>-4,52%</b>
Quotas de utilizadores	351 176,91	377 087,78	-25 910,87	-6,87%
Creche	8 865,94	41 470,89	-32 604,95	-78,62%
Infantário/Pré-Escolar	45 694,31	56 582,11	-10 887,80	-19,24%
A.T.L.	33 073,04	31 889,23	1 183,81	3,71%
Centro de Convívio	1 681,69	2 121,94	-440,25	-20,75%
Centro de Dia	11 788,86	15 341,89	-3 553,03	-23,16%
Lar	203 846,07	192 248,39	11 597,68	6,03%
Apoio Domiciliário	46 227,00	37 433,33	8 793,67	23,49%
Quotas e Jóias	12 210,50	12 333,00	-122,50	-0,99%
Serviços secundários	42 192,26	35 346,33	6 845,93	19,37%
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>1 078 983,14</b>	<b>992 231,44</b>	<b>86 751,70</b>	<b>8,74%</b>
Instituto da Segurança Social	1 046 950,37	976 192,26	70 758,11	7,25%
Creche	320 393,55	279 049,82	41 343,73	14,82%
Infantário/Pré-Escolar	69 859,09	77 215,41	-7 356,32	-9,53%
A.T.L.	19 735,99	18 782,57	953,42	5,08%
Centro de Convívio	5 518,54	6 630,12	-1 111,58	-16,77%
Centro de Dia	6 763,87	9 949,16	-3 185,29	-32,02%
Lar	166 101,47	150 313,64	15 787,83	10,50%
Apoio Domiciliário	85 569,42	80 948,11	4 621,31	5,71%
C.A.T.	373 008,44	353 303,43	19 705,01	5,58%
Outras Entidades	16 620,34	7 891,82	8 728,52	110,60%
Donativos em espécie	15 412,43	3 636,96	11 775,47	323,77%
Legados	0,00	4 510,40	-4 510,40	-100,00%
<b>Reversões</b>	<b>0,00</b>	<b>4,50</b>	<b>-4,50</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>52 572,25</b>	<b>52 448,50</b>	<b>123,75</b>	<b>0,24%</b>
Rendimentos suplementares	0,00	10,00	-10,00	-100,00%
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	1 172,24	1 126,77	45,47	4,04%
Outros Rend. Invest. Não Financeiros	742,80	4,52	738,28	16333,63%
Correções períodos anteriores	269,36	3 682,43	-3 413,07	-92,69%
Imputação de subsídios ao investimento	34 680,77	30 097,71	4 583,06	15,23%
Donativos	12 977,62	14 709,14	-1 731,52	-11,77%
Outros não especificados	2 729,46	2 817,93	-88,47	-3,14%
<b>TOTAL</b>	<b>1 537 135,06</b>	<b>1 469 451,55</b>	<b>67 683,51</b>	<b>4,61%</b>

6  
O...  
M...



Três Tesor  
[Handwritten signatures]

## 11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

## 12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024	2023	Variação Nominal	Variação %
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>1 053 450,37</b>	<b>976 192,26</b>	<b>77 258,11</b>	<b>7,91%</b>
Instituto da Segurança Social	1 053 450,37	976 192,26	77 258,11	7,91%
<b>Apoios do Governo</b>	<b>14 961,64</b>	<b>7 891,82</b>	<b>7 069,82</b>	<b>89,58%</b>
Centro de Emprego - IEFP	7 706,87	404,62	7 302,25	1804,72%
Junta de Freguesia de Oiã	1 500,00	105,00	1 395,00	1328,57%
Câmara Municipal de Oliveira do Bairro	5 754,77	7 382,20	-1 627,43	-22,05%
<b>TOTAL</b>	<b>1 068 412,01</b>	<b>984 084,08</b>	<b>84 327,93</b>	<b>8,57%</b>

## 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

## 14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

## 15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2024 e 2023, foram, respetivamente 5 em cada ano.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 75 e em 2023 foi de 73, sendo que à data de 31/12/2024 eram 73 funcionários e à data de 31/12/2023 eram 74.

É de realçar que durante o ano de 2024 e de 2023 a Entidade recebeu apoios à contratação de funcionário, tais como, contratos de emprego inserção, estágios e cheques formação.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Descrição	2024	2023	Variação Nominal	Variação %
Remuneração ao Pessoal	984 175,14	893 176,76	90 998,38	10,19%
Encargos sobre Remunerações	212 798,64	228 205,40	-15 406,76	-6,75%
Seguro de Acidentes de Trabalho	8 692,09	7 723,00	969,09	12,55%
Outros Gastos com Pessoal	8 240,35	7 548,45	691,90	9,17%
<b>TOTAL</b>	<b>1 213 906,22</b>	<b>1 136 653,61</b>	<b>77 252,61</b>	<b>6,80%</b>

O quadro em baixo demonstra a gastos com o pessoal, descontados dos subsídios recebidos para apoio direto à contratação de funcionários:

Descrição	2024	2023	Variação Nominal	Variação %
Gastos c/ Pessoal	1 213 906,22	1 136 653,61	77 252,61	6,80%
Subsídios à contratação	7 706,87	404,62	7 302,25	1804,72%
<b>Gasto Líquido</b>	<b>1 206 199,35</b>	<b>1 136 248,99</b>	<b>69 950,36</b>	<b>6,16%</b>

## 16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



Tij, T...

### 17.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
<b>Cientes e Utentes</b>		
Cientes	892,99	1 927,10
Utentes	7 871,80	9 190,39
Utentes de Cobrança Duvidosa	17 848,91	17 848,91
<b>Sub-Total</b>	<b>26 613,70</b>	<b>28 966,40</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>		
Utentes	17 848,91	17 848,91
<b>Sub-Total</b>	<b>17 848,91</b>	<b>17 848,91</b>
<b>Total</b>	<b>8 764,79</b>	<b>11 117,49</b>

### 17.2. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>	<b>42 088,84</b>	<b>43 169,79</b>
Comparticipação I.G.F.S.S.	42 088,84	42 088,84
Outros	0,00	701,25
Rappel	0,00	379,70
<b>Outros devedores</b>	<b>18 733,19</b>	<b>13 191,47</b>
I.E.F.P. - Apoios à contratação de pessoal	9 420,99	1 774,64
Camãra Municipal Oliveira do Bairro	500,00	0,00
P.R.R. - Viatura Elétrica	7 500,00	7 500,00
Jovens CAT	1 312,20	3 728,54
Empréstimos a Utentes	0,00	188,29
<b>Adiantamento de fornecedores</b>	<b>1 041,49</b>	<b>297,36</b>
<b>Total</b>	<b>61 863,52</b>	<b>56 658,62</b>





Tipos Financeiros  
Shileneo  
6  
Apontamentos

### 17.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
IVA	1 779,30	3 981,30
<b>Total</b>	<b>1 779,30</b>	<b>3 981,30</b>
<b>Passivo</b>		
IRS	3 143,50	2 961,40
IVA	11,25	344,10
Segurança Social	23 460,47	21 070,24
<b>Total</b>	<b>26 615,22</b>	<b>24 375,74</b>

### 17.7. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Pessoal - Remunerações a pagar	3 004,14	27 131,14
Credores por acréscimos de gastos	168 627,59	148 270,03
Abono de jovens CAT	35 789,35	23 343,34
Adiantamentos de clientes e utentes	1 849,35	1 714,90
<b>TOTAL</b>	<b>209 270,43</b>	<b>200 459,41</b>

### 17.8. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

Descrição	2024	2023
Subsídios de outras entidades	1 063 175,79	984 084,08
Doações	15 412,43	3 636,96
Legado	0,00	4 510,40
<b>Total</b>	<b>1 078 588,22</b>	<b>992 231,44</b>





Tip Finance  
#Receita  
6  
Mestres

### 17.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023	Varição Nominal	Varição %
Impostos	716,58	921,67	-205,09	-22,25%
Descontos de p.p. concedidos	0,01	0,88	-0,87	-98,86%
Dívidas incobráveis	53,00	346,50	-293,50	-84,70%
Gastos em invest. não financeiros	0,00	14,02	-14,02	-100,00%
Correções exercícios anteriores	889,59	545,58	344,01	63,05%
Donativos	0,00	467,23	-467,23	-100,00%
Quotizações	595,00	615,00	-20,00	-3,25%
Multas e Penalidades	433,50	25,00	408,50	1634,00%
Juros de Mora	354,05	1,04	353,01	33943,27%
<b>TOTAL</b>	<b>3 041,73</b>	<b>2 936,92</b>	<b>104,81</b>	<b>3,57%</b>

### 17.12. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e gastos similares suportados" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023	Varição Nominal	Varição %
Juros de Empréstimos	2 978,26	2 843,97	134,29	4,72%
Juros de Leasing	0,00	14,50	-14,50	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>2 978,26</b>	<b>2 858,47</b>	<b>119,79</b>	<b>4,19%</b>

### 17.13. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

O saldo da rubrica de "Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Quotas e Outros Serviços	51 401,17	44 970,50
Quotas de cobrança duvidosa	4 299,00	4 299,00
<b>Sub-Total</b>	<b>55 700,17</b>	<b>49 269,50</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>		
Quotas	0,00	4 299,00
<b>Sub-Total</b>	<b>0,00</b>	<b>4 299,00</b>
<b>Total</b>	<b>55 700,17</b>	<b>44 970,50</b>





### 17.17. Número médio de utentes por valência

No quadro abaixo indicado é apresentado o número médio de utentes por valência:

<u>Utentes que frequentaram a Instituição</u>				
Valências	2024	2023	Variação Nominal	Variação %
Creche	58	57	1	1,75%
Pré-Escolar	31	37	-6	-16,22%
C.A.T.L.	34	38	-4	-10,53%
C.A.R.	17	15	2	13,33%
Centro de Convívio	6	7	-1	-14,29%
Centro de Dia	3	4	-1	-25,00%
E.R.P.I.	22	21	1	4,76%
S.A.D.	19	17	2	11,76%
<b>TOTAL</b>	<b>190</b>	<b>196</b>	<b>-6</b>	<b>-3,06%</b>

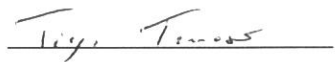
### 17.18. Acontecimentos após a data do Balanço


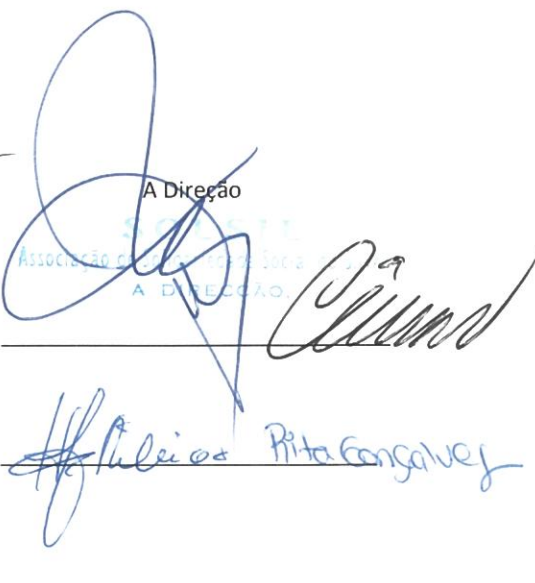
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas na reunião da Direção em 07 de março de 2025 e serão submetidas para aprovação pela Assembleia Geral no dia 28 de março de 2025.

Silveiro, 07 de março de 2025

O Contabilista Certificado



  
  
A Direção  
Associação de Municípios do Alentejo  
A Direcção  
Rita Gonçalves